

?Intransigência e radicalismo da CE não podem pôr em causa recuperação de rendimentos?

18 de Maio, 2016 - 21:30h

Mariana Mortágua destaca que o Bloco recusa mais austeridade e que "está na altura de marcar uma rutura e de explicar à Comissão Europeia (CE) que Portugal não aceita ser mais sancionado ou ser de alguma forma constringido nas políticas que acha necessário aplicar".

Questionada pelos jornalistas se, perante a recomendação ^[1] da Comissão Europeia (CE) ao Governo no sentido da adoção de medidas adicionais até 2017, os portugueses e as portuguesas podem contar com mais austeridade, Mariana Mortágua garantiu que, "no que depender da maioria que o Bloco de Esquerda faz parte", isso não acontecerá.

?Não, não podem esperar mais austeridade, não é esse o caminho que nós estamos a fazer, não foi esse o nosso projeto?, afirmou a deputada bloquista, sublinhando que o Governo tem que "defender aquele que tem sido o seu projeto até agora, o compromisso de recuperação de rendimentos".

Segundo Mariana Mortágua, "essa estratégia não pode ser violada, nem pode ser posta em causa pela intransigência e radicalismo da Comissão Europeia".

Sobre o anúncio da CE de que irá manter o país sob o Procedimento por Défices Excessivos (PDE) e que adia para julho a decisão de propor eventuais sanções a Portugal e Espanha por causa do défice de 2015, Mariana Mortágua denunciou o ?jogo político? por parte de Bruxelas para condicionar as eleições espanholas, marcadas para 26 de junho.

"Acredito que a Comissão Europeia ao não divulgar já uma posição formal sobre as sanções, o que está a fazer é a ganhar espaço para poder pressionar de alguma forma não só o período eleitoral, mas também a formação política que sair em Espanha", referiu.

Lembrando ?todas as pressões da Comissão Europeia" em Portugal quando se estava a negociar o último Orçamento do Estado, a dirigente do Bloco salientou que dá sempre "jeito" a Bruxelas "nunca ter uma posição formal para poder, de forma informal, ir pressionando quer as populações, para não apoiarem nenhuma solução que não seja aquela que é defendida pela Comissão Europeia, quer os Governos quando são eleitos com uma outra estratégia".

"É um contra senso do mais perverso que existe impor sanções pelo falhanço de uma política que foi imposta, isto não é um castigo moral para os meninos mal comportados na escola, estamos a falar de um país e da vida de pessoas. Nada disto faz sentido", venceu Mariana

Mortágua.

Para a deputada bloquista, "está na altura de marcar uma rutura e de explicar à CE que Portugal não aceita ser mais sancionado ou ser de alguma forma constrangido nas políticas que acha necessário aplicar".

Mariana Mortágua teceu ainda duras críticas aos líderes do PSD e do CDS, apontando a "hipocrisia" de Passos Coelho e Assunção Cristas, que em Portugal escrevem cartas à Comissão para ser "branda com as sanções", mas, a nível europeu, integram um grupo partidário que exige intransigência.

Artigos relacionados:

Sanções "adiadas" para julho ^[2]

Sobre o/a autor(a):

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/intransigencia-e-radicalismo-da-ce-nao-podem-por-em-causa-recuperacao-de-rendimentos/42835>

Ligações:

[1] <http://expresso.sapo.pt/politica/2016-05-18-Comissao-Europeia-adia-decisao-sobre-sancoes-para-Portugal>

[2] <http://www.esquerda.net/breves/sancoes-adiadas-para-julho>